



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

Ano XVIII nº 1536 de 11 de janeiro de 2013

ÓRGÃO INFORMATIVO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 292 DE 18/04/1995 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CONTRATO 04/2013

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 146 / 2011

O Município de Paty do Alferes, torna público que assinou **Quinto Termo Aditivo ao Contrato n.º 146 / 2011**, celebrado com a empresa **SILVA COSTA CONSTRUTORA PATYENSE LTDA - ME**, para a execução da obra de ampliação da Unidade de Serviço de Atenção Básica de Saúde da Poaia, aditivando o prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 14 de janeiro de 2013.

Paty do Alferes, 11 de janeiro de 2013.

Lucia de Fátima Fernandes Fonseca
Prefeita Municipal

O Município de Paty do Alferes, torna público que assinou contrato com a empresa **AUTO POSTO NOVA CIDADE DE PATY LTDA**, para o fornecimento e abastecimento de combustíveis para os veículos do Segundo Distrito de Paty do Alferes, no valor de R\$ 17.113,00 (Dezessete mil, cento e treze reais)

Paty do Alferes, 11 de janeiro de 2013.

Lucia de Fátima Fernandes Fonseca
Prefeito Municipal

CONTRATO 002/2013

O Município de Paty do Alferes, torna público que assinou contrato com a empresa **AUTO POSTO BARÃO DE CAPIVARI DE PATY LTDA**, para o fornecimento e abastecimento de combustíveis para os veículos do Segundo Distrito de Paty do Alferes, no valor de R\$ 153.183,92 (cento e cinquenta e três mil, cento e oitenta e três reais e noventa e dois centavos).

Paty do Alferes, 11 de janeiro de 2013.

Lucia de Fátima Fernandes Fonseca
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.677 DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Institui no âmbito municipal, o Programa de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), Considerando a Portaria GM/MS nº 1.654 de 19 de julho de 2011, que instituiu o PMAQ, define o uso do incentivo financeiro do (PMAQ-AB), denominado como Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, resultante da adesão da Estratégia de Saúde da Família Municipal ao PMAQ e dá outras providências, através da Lei 1.894 de 21 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais), para atender o instituído no Município de Paty do Alferes, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) a ser executado pelas Equipes de Estratégia de Saúde da Família com a finalidade de induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde, de acordo com a legislação do Ministério da Saúde.

Parágrafo Único - São objetivos do PMAQ:

I - Ampliar o impacto da Atenção Básica sobre as condições de saúde da população e sobre a satisfação de seus usuários, por meio de estratégias de facilitação ao acesso e melhoria da qualidade dos serviços e ações da Atenção Básica;

II – Fornecer padrões de boas práticas das Unidades Básicas de Saúde que norteiam a melhoria da qualidade da Atenção Básica;

III – Promover maior conformidade das Unidades Básicas de Saúde com os princípios da Atenção Básica, aumentando a efetividade na melhoria das condições de saúde, na satisfação dos usuários, na qualidade das práticas de saúde e na eficiência e efetividade do sistema de saúde;

IV – Promover a qualidade e inovação na gestão da Atenção Básica, fortalecendo os processos de Autoavaliação, Monitoramento e Avaliação, Apoio Institucional e Educação Permanente;

V – Melhorar a qualidade da alimentação e uso dos Sistemas de Informação como ferramenta de gestão da Atenção Básica;

VI – Institucionalizar uma cultura de avaliação da Atenção Básica no SUS e de gestão com base na indução e acompanhamento de processos e resultados; e

VII – Estimular o foco da Atenção Básica no usuário, promovendo a transparência dos processos de gestão, a participação e controle social e a responsabilidade sanitária dos profissionais e gestores de saúde com a melhoria das condições de saúde e satisfação dos usuários.

Art. 2º - O PMAQ no Município de Paty do Alferes integrará as seguintes equipes de Saúde da Família:

- I – Unidade de Saúde da Família de Vista Alegre;
- II – Unidade de Saúde da Família de Palmares;
- III – Unidade de Saúde da Família de Horizonte;
- IV – Unidade de Saúde da Família de Sertão dos Coentros;

CONTRATO 003/2013

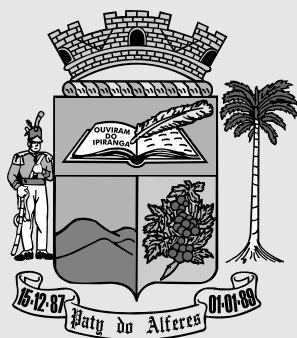
O Município de Paty do Alferes, torna público que assinou contrato com a empresa **AUTO POSTO MARIOMAR II LTDA**, para o fornecimento e abastecimento de combustíveis para os veículos do Segundo Distrito de Paty do Alferes, no valor de R\$ 222.957,32 (duzentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos)

Paty do Alferes, 11 de janeiro de 2013.

Lucia de Fátima Fernandes Fonseca
Prefeito Municipal

PODER EXECUTIVO-PREFEITA: LÚCIA DE FATIMA FERNANDES FONSECA-**VICE PREFEITO:** MARCELO CARLOS GUIMARÃES LIMA-**Chefe de Gabinete:** ANDRÉ DANTAS MARTINS-**Secretário de Serviços Públicos e Logística:** MARCOS ANTÔNIO VENTURA LUCCHESI-**Secretário de Turismo:** MAURICIO CORREA DA PAIXÃO-**Secretária de Saúde:** ANGELA VIANNA SALGADO-**Secretário de Meio Ambiente:** NESTOR PRADO JUNIOR-**Secretária de Educação e Cultura:** TERZINHA FONSECA MARTINS-**Secretário de Fazenda:** SÉRGIO GONÇALVES PEREIRA-**Secretário de Agricultura:** PAULO HENRIQUE BARBOSA CURITIBA-**Secretário de Governo:** FELIPE DIAZ BELLO-**Secretário de Administração:** PAULO CESAR DE CARVALHO FILHO-**Secretário de Ação Social:** DEBORAH KARFUNKELSTEIN LIMA WEKSLER- **Consultor Jurídico:** CARLOS BRAGA CAETANO

PODER LEGISLATIVO-Presidente: JOSÉ RICARDO MARQUES FERNANDES-**Vice Presidente:** JULIO AVELINO DE MOURA NETO-**1º Secretário:** JULIANO BALBINO MELLO-**2º Secretário:** JUAREZ DE MEDEIROS PEREIRA-**Vereadores:** LUCIANO DE ALMEIDA-EDUARDO DE SNT'ANA MARIOTTI-AROLD RODRIGUES ORÉM-EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO-CELSON GRANJA PIRES-NILSON DE CARVALHO RODRIGUES-SINVAL MELLO-**Procurador Jurídico:** PEDRO PAULO SAD COELHO-**Diretora Administrativa:** LUCIMAR PECORARO MARQUES-**Diretora Financeira:** SILVANA DE OLIVEIRA VIANA-**Secretário Geral:** JOÃO CARLOS FRANCO VELOSO MARTINS



EXPEDIENTE
Diário Oficial do Município
de Paty do Alferes

Órgão informativo criado pela Lei Municipal nº 292
de 18 de abril de 1995.

Editado, diagramado, arte-finalizado e impresso
na Divisão de Divulgação e Eventos
do Gabinete do Chefe do Executivo Municipal.

Rua Sebastião de Lacerda, nº 35, Centro,
Paty do Alferes-RJ - CEP 26.950-000
(24)2485-1234
www.patydoalferes.rj.gov.br
assessoria@patydoalferes.rj.gov.br
Tiragem 110 exemplares

§ 1º - Integram as referidas equipes de Saúde da Família, os Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Dentistas, Auxiliares de Consultório Dentário e os Agentes Comunitários de Saúde da Estratégia de Saúde da Família lotados em suas respectivas Unidades de Saúde.

Art. 3º - O PMAQ é coordenado pela União, por intermédio do Ministério da Saúde, e gerido em cooperação com o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Paty do Alferes.

Parágrafo Único - As ações a serem desenvolvidas pela Estratégia de Saúde da Família deverão seguir as orientações contidas nos atos do Ministério da Saúde que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa de Melhoria e Atenção Básica.

Art. 4º - O desenvolvimento das ações do PMAQ devem ser implementadas por meio de:

I - Autoavaliação, a ser feita pela equipe de saúde da atenção básica a partir de instrumentos ofertados pelo PMAQ-AB ou outros definidos e pactuados Estado e Município;

II - Monitoramento, a ser realizado pelas equipes de saúde da atenção básica, pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Estado de Saúde e pelo Ministério da Saúde em parceria com as Comissões Intergestores Regionais a partir dos indicadores de saúde contratualizados;

III - Educação Permanente, por meio de ações dos gestores municipais, estaduais e federal, considerando-se as necessidades de educação permanente das equipes, pactuadas nas Comissões Intergestores Regionais e nas Comissões Intergestores Bipartite; e

IV - Apoio Institucional, a partir de estratégia de suporte às equipes de saúde da atenção básica pelo Município e à gestão municipal pela Secretaria de Estado de Saúde, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e Comissões Intergestores Regionais, com auxílio do Ministério da Saúde.

Art. 5º - A Avaliação Externa do PMAQ a ser realizada pelo Ministério da Saúde será composta por:

I - Certificado de desempenho das equipes de saúde e gestão da atenção básica, que será coordenada de forma tripartite e realizada por instituições de ensino e/ou pesquisa, por meio da verificação de evidências para um conjunto de padrões previamente determinados e também pelo Ministério da Saúde a partir do monitoramento de indicadores;

II - Avaliação não relacionada ao processo de certificação, cuja finalidade é apoiar a gestão local, que contemple:

- Avaliação da rede local de saúde pelas equipes da atenção básica;
- Avaliação da satisfação do usuário; e
- Estudo de base populacional sobre aspectos do acesso, utilização e qualidade da Atenção Básica em Saúde.

Art. 6º - A partir da classificação alcançada no processo de certificação, respeitadas as categorias de desempenho de acordo com a legislação vigente, o Município receberá por equipe de saúde contratualizada, os percentuais do valor integral do incentivo financeiro do Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável).

Art. 7º - O Município terá o prazo mínimo de 2 (dois) meses e máximo de 6 (seis) meses, a contar da data de adesão ao PMAQ-AB, para solicitar a 1ª (primeira) Avaliação Externa, a ser feita conforme descrito no art. 5º.

§ 1º - Nas situações em que não houver a solicitação para a realização da Avaliação Externa, o Município será automaticamente descredenciado do PMAQ-AB, deixando de receber os incentivos financeiros, e ficará impedido de aderir ao Programa por 2 (dois) anos, medida que tem como objetivo inibir adesões sem compromisso efetivo com o cumprimento integral do ciclo de qualidade PMAQ-AB.

§ 2º - Casos específicos relacionados a obrigações ou sanções contraídas por atos de gestão anterior serão avaliados pelo Grupo de Trabalho de Atenção à Saúde da Comissão Intergestores Tripartite (Instituições especializadas contratadas pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde).

Art. 8º - Para a classificação de desempenho das equipes contratualizadas, realizada por meio do processo de certificação, cada Município será distribuído em diversos estratos, definidos com base em critérios de equidade, e o desempenho de suas equipes será comparado à média e ao desvio-padrão do conjunto de equipes pertencentes ao mesmo estrato.

Art. 9º - Fica o Município autorizado a conceder mensalmente aos profissionais integrantes das Equipes de Saúde da Família integrantes do PMAQ, de acordo com a legislação federal vigente, o benefício de adicional de cumprimento de metas do PMAQ, cujo o referido valor a ser recebido por cada profissional, corresponderá ao valor do incentivo recebido mensalmente pelo município, dividido pelo número total de profissionais integrantes das equipes credenciadas ao PMAQ - Paty do Alferes.

§ 1º - A concessão do adicional de cumprimento de metas do PMAQ aos referidos profissionais dependerá do cumprimento integral das condicionalidades estabelecidas pelo PMAQ.

§ 2º - Não fará jus ao adicional de cumprimento de metas do PMAQ, o profissional que:

- obtiver 02 faltas ao serviço sem justificativa;
- estiver em gozo de Licença Médica por 30 dias consecutivos ou mais;
- estiver em gozo de licença maternidade ou auxílio doença;
- praticar falta grave no exercício de suas atribuições, receber qualquer advertência da chefia imediata quanto ao exercício irregular de suas atribuições, estiver respondendo a processo disciplinar instaurado pela Comissão de Sindicância da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes ou instaurado por qualquer município denunciando atendimento irregular do profissional, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa no referido processo.

§ 3º - Farão jus do adicional de que trata o art. 9º os profissionais constantes do Anexo I da presente Lei.

Art. 10 - Os recursos para atender o presente Crédito Especial, são advindos da União/SUS - Ministério da Saúde e obedecerá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA DE TRABALHO:

2029.00.10.301.4036.2185 - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB

* 3.1.90.11.04.00 - Adicional de Cumprimento de Metas - R\$ 76.800,00
Fonte de Recursos = 046 (PMAQ-AB)



ANEXO I

Art. 11 - O incentivo do Ministério da Saúde será recolhido na seguinte rubrica de receita:

- 1700.00.00.00 – Transferências Correntes.
- 1721.00.00.00 – Transferências da União.
- 1721.33.00.00 – Transferências Recursos SUS.
- 1721.33.30.43 – PMAQ.....R\$ 76.800,00

Art. 12 - O presente crédito baseia-se no Inciso II, parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64.

Art. 13 - O impacto financeiro-orçamentário no exercício, de que trata o Inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (LRF), será correspondente aos valores estipulados no presente Crédito, alterando-se o PPA, LDO e LOA.

Art. 14 - O presente Decreto entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2013, revogando-se disposições em contrário.

Paty do Alferes, 11 de janeiro de 2013.

Lúcia de Fátima Fernandes Fonseca
Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 3.678 DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Dispõe sobre a Programação Financeira. Estabelece o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso bem como as Metas Bimestrais de Arrecadação da Administração Direta, para o exercício de 2013, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o cronograma de execução mensal de desembolso, a programação financeira mensal e as bimestrais de arrecadação para o exercício de 2013, constantes nos anexos deste decreto, conforme disposto no caput dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Os créditos adicionais abertos em favor dos grupos de despesas relacionados na Lei nº 1.896 de 27/12/2012, terão seus valores incorporados ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, que será automaticamente redimensionado a cada bimestre em função das despesas e receitas executadas no exercício financeiro.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Controle desde que necessário, no decorrer do exercício financeiro, poderá promover alterações no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paty do Alferes, 11 de janeiro de 2013.

LÚCIA DE FÁTIMA FERNANDES FONSECA
Prefeita Municipal

PROFISSIONAIS DAS UNIDADES QUE ADERIRAM AO PMAQ

1 - USF SERTÃO DOS COENTROS

- MÉDICO: SÉRGIO STOCHERO
- ENFERMEIRA: FABIANA CERQUEIRA DA SILVA
- AUX. ENFERMAGEM: MARCOS ROGÉRIO BILLET
- DENTISTA: DANIEL CESAR SILVA DA COSTA
- ACD: CARLA BEATRIZ DA COSTA
- AGENTE C. DE SAÚDE: ROSILENE PEREIRA DE OLIVEIRA
- CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS FRAGA
- GEANE DA SILVA GOMES

2 – USF PALMARES

- MÉDICO: DELSON MAGALHÃES
- ENFERMEIRA: MIRIAM CAMARGO CHAVES
- AUX. ENFERMAGEM: TIAGO ROCHA BRANGADA
- AGENTES C. SAÚDE: CLAUDIA DA SILVA RODRIGUES
- GREICE SOUZA CARIUS
- MARTA LUCIANO JOSUÁ
- GLAUCIA DOLORES HANG DA SILVA

3 – USF VISTA ALEGRE

- MÉDICO: CARMEN SUZANA VIEIRA MUNIZ
- ENFERMEIRA: ANA BEATRIZ FERNANDES DOS REIS
- AUX. ENFERMAGEM: LEILA MARIA BASTOS FIUZA
- AGENTE C. DE SAÚDE: EULÁLIA RENATA DOS SANTOS CARIUS
- WELLINGTON LIMA DE OLIVEIRA
- HELOISA MARIA CARNEIRO HUDSON
- MARILZA ROSSI DA SILVA DE SOUZA

4 – USF HORIZONTE

- MÉDICO:
- ENFERMEIRO:
- AUX. ENFERMAGEM: MARCELLE DA SILVA LIMA
- DENTISTA: ANDERSON DE SOUZA SARPA SANTOS
- ACD: LUCIA HELENA PIRES BARBOSA
- AGENTE C. DE SAÚDE: EVA APARECIDA FIGUEIRA FERREIRA
- ALESSANDRA DE ALMEIDA GOULART
- FLAVIANE DE CASSIA BRUM
- EDNA MARIA DE PROENÇA

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
EXERCÍCIO 2013
ART. 8º, LC 101 DE 04/05/2000

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	1º SEMESTRE
	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	SUB - TOTAL
TOTAL DA RECEITA	4.888.853,90	5.257.657,32	5.126.259,34	6.043.948,25	5.973.597,30	5.140.515,42	32.430.831,53
RECEITAS CORRENTES	5.129.379,24	5.512.826,83	5.301.718,30	6.264.561,24	6.240.364,36	5.346.391,55	33.795.241,52
Receita Tributária - 1.1	69.668,09	176.182,53	632.073,46	771.097,99	376.117,30	193.086,98	2.218.226,35
Receita de Contribuições - 1.2	212.915,90	175.329,28	256.307,05	529.348,99	280.919,04	259.161,15	1.713.981,41
Receita Patrimonial - 1.3	212.113,28	395.118,38	423.390,80	413.406,98	527.846,43	405.125,31	2.377.001,18
Receita de Serviços - 1.6	279,16	279,16	279,16	279,16	279,16	279,16	1.674,96
Transferências Correntes - 1.7	4.539.993,75	4.664.177,55	3.887.673,86	4.481.629,96	4.955.083,21	4.387.594,65	26.916.152,98
Outras Receitas Correntes - 1.9	94.409,06	101.739,93	101.993,97	68.798,16	100.119,22	101.144,30	568.204,64
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital - 2.4	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA 7.0	223.744,52	221.767,10	222.274,27	237.703,77	239.841,93	242.849,02	1.398.180,61
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	464.269,86	476.936,61	397.733,23	458.316,76	506.608,99	448.725,15	2.752.590,60

MESES	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	2º SEMESTRE
	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	TOTAL
TOTAL DA RECEITA	5.534.248,27	5.258.283,26	4.867.713,66	5.593.290,23	5.420.459,83	5.859.031,23	64.963.858,00
RECEITAS CORRENTES	5.759.726,53	5.462.289,14	5.021.578,15	5.823.999,90	5.638.967,38	6.118.455,38	67.620.258,00
Receita Tributária - 1.1	315.841,42	247.332,59	242.671,39	179.449,00	203.657,73	282.299,52	3.689.478,00
Receita de Contribuições - 1.2	316.112,84	322.591,51	311.143,36	304.581,18	320.828,55	320.761,15	3.610.000,00
Receita Patrimonial - 1.3	387.407,27	409.379,31	400.404,21	507.120,58	375.404,16	362.283,29	4.819.000,00
Receita de Serviços - 1.6	279,16	279,16	279,16	279,16	279,16	279,24	3.350,00
Transferências Correntes - 1.7	4.637.943,87	4.385.560,75	3.967.936,10	4.736.114,14	4.639.544,79	5.051.198,37	54.334.451,00
Outras Receitas Correntes - 1.9	102.141,97	97.145,82	99.143,93	96.455,84	99.252,99	101.633,81	1.163.979,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital - 2.4	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA 7.0	248.782,51	244.511,82	252.055,49	253.564,47	255.916,52	256.988,58	2.900.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	474.260,77	448.517,70	405.919,98	484.274,14	474.424,07	516.412,73	5.556.400,00

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
EXERCÍCIO 2013
ART. 8º, LC 101 DE 04/05/2000

MESES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	1º SEMESTRE
ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	SUB - TOTAL
TOTAL DE DESPESA	3.419.513,31	4.510.051,74	4.959.095,37	5.334.583,63	5.433.782,90	6.864.336,58	30.521.363,53
DESPESAS CORRENTES	2.716.531,37	3.806.579,60	4.246.918,43	4.623.341,69	4.716.484,65	6.055.672,63	26.165.528,37
Pessoal e Encargos - 3.1	2.573.288,96	2.673.288,96	2.573.288,96	2.573.288,96	2.573.288,96	3.859.933,44	16.826.378,24
Juros e Encargos da Dívida - 3.2	1.718,75	1.718,75	1.718,75	1.718,75	1.718,75	1.718,75	10.312,50
Outras Despesas - 3.3	141.523,66	1.131.571,89	1.671.910,72	2.048.333,98	2.141.476,94	2.194.020,44	9.328.837,63
DESPESAS DE CAPITAL	108.259,57	108.749,77	117.454,57	116.519,57	122.575,88	213.941,58	787.500,94
Investimentos - 4.4	104.965,82	105.456,02	114.160,82	113.225,82	119.282,13	210.647,83	767.738,44
Amortização da Dívida - 4.6	3.293,75	3.293,75	3.293,75	3.293,75	3.293,75	3.293,75	19.762,50
RESERVA DO RPPS	545.670,83	545.670,83	545.670,83	545.670,83	545.670,83	545.670,83	3.274.024,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	49.051,54	49.051,54	49.051,54	49.051,54	49.051,54	49.051,54	294.309,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	1.261.245,48
CÂMARA	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	1.261.245,48

MESES	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	2º SEMESTRE
ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	TOTAL
TOTAL DE DESPESA	5.575.384,57	5.292.778,35	5.177.900,81	5.521.990,69	5.164.952,61	7.709.487,44	64.963.858,00
DESPESAS CORRENTES	4.642.761,73	4.311.076,01	4.199.166,45	4.498.736,85	4.151.914,46	6.782.456,22	54.751.640,09
Pessoal e Encargos - 3.1	2.573.288,96	2.573.288,96	2.573.288,96	2.573.288,96	2.573.288,96	4.640.433,51	34.333.256,55
Juros e Encargos da Dívida - 3.2	1.718,75	1.718,75	1.718,75	1.718,75	1.718,75	1.718,75	20.625,00
Outras Despesas - 3.3	2.067.754,02	1.736.068,30	1.624.158,74	1.923.729,14	1.576.906,75	2.140.303,96	20.397.758,54
DESPESAS DE CAPITAL	337.900,47	386.979,97	384.011,98	428.531,46	418.315,77	332.308,74	3.075.549,33
Investimentos - 4.4	334.606,72	383.686,22	380.718,23	425.237,71	415.022,02	329.014,99	3.036.024,33
Amortização da Dívida - 4.6	3.293,75	3.293,75	3.293,75	3.293,75	3.293,75	3.293,75	39.525,00
RESERVA DO RPPS	545.670,83	545.670,83	545.670,83	545.670,83	545.670,83	545.670,83	6.548.050,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	49.051,54	49.051,54	49.051,54	49.051,54	49.051,54	49.051,54	588.618,58
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	2.522.490,96
CÂMARA	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	210.207,58	2.522.490,96

EXERCÍCIO DE 2013

RECEITA	BIMESTRES						
	10.342.660,21	11.340.999,72	11.315.376,24	10.991.819,32	10.656.603,66	11.480.377,86	64.963.858,00
RECEITAS CORRENTES	10.642.206,07	11.566.279,54	11.586.755,91	11.222.015,67	10.845.578,05	11.757.422,76	67.620.258,00
Receita Tributária 1.1	245.850,62	1.403.171,45	569.204,28	563.174,01	422.120,39	485.957,25	3.689.478,00
Receita de Contribuições 1.2	388.245,18	785.656,04	540.080,19	638.704,35	615.724,54	641.589,70	3.610.000,00
Receita Patrimonial 1.3	607.231,66	836.797,78	932.971,74	796.786,58	907.524,79	737.687,45	4.819.000,00
Receita de Serviços 1.6	558,32	558,32	558,32	558,32	558,32	558,40	3.350,00
Transferências Correntes 1.7	9.204.171,30	8.369.303,82	9.342.677,86	9.023.504,62	8.704.050,24	9.690.743,16	54.334.451,00
Outras Receitas Correntes 1.9	196.148,99	170.792,13	201.263,52	199.287,79	195.599,77	200.886,80	1.163.979,00
RECEITAS DE CAPITAL	196.148,99	170.792,13	201.263,52	199.287,79	195.599,77	200.886,80	1.163.979,00
Transferências de Capital 2.4	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA 7.0	445.511,62	459.978,04	482.690,95	493.294,33	505.619,96	512.905,10	2.900.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	941.206,47	856.049,99	955.334,14	922.778,47	890.194,12	990.836,80	5.556.400,00

Lúcia de Fátima Fernandes Fonseca
PREFEITA MUNICIPAL